

NEOCOLONIALISMO COMO CAUSA E TURISMOFOBIA COMO EFEITO: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA

Neocolonialism as a principle and tourismophobia as an effect: an approach from Geography

Neocolonialismo como principio y la turismofobia como efecto: un enfoque desde la Geografía

Susana Gastal*
Felipe Zaltron de Sá**

* Universidade de Caxias do Sul/RS – susanagastal@gmail.com

** Universidade de Caxias do Sul/RS – felipezaltrondesa@gmail.com

Versão online publicada em 23/03/2022 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>).

Como citar esse artigo: GASTAL, S.; SÁ, F. Z. Neocolonialismo como causa e turismofobia como efeito: uma aproximação a partir da Geografia. **Para Onde!? Edição Especial - Geografia(s) do Turismo**, v. 16, n. 02, p. 76-92, 2022.

Resumo:

O estudo do Turismo ganha status acadêmico considerando-o como prática social e ciência inter e transdisciplinar que permite diálogos, entre outros, com os estudos geográficos. Tais aproximações levam a maior entendimento do mesmo, especialmente nas suas tensões decorrentes da estrutura econômica-capitalista que, desde o século XIX, se apropria das práticas e imaginários associados às viagens. Nesses termos, o presente artigo segue estrutura teórico ensaística apoiada em revisão de literatura, propondo repensar o Turismo e, mais especificamente, o *overtourism* e a turismofobia, a partir da Geografia. Apoiar-se para tal em Rogério Haesbaert e seu texto no livro “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”, ali buscando as teorizações do autor no que refere à questões associadas ao território. Reforçam-se as fortes interfaces do Turismo com o[s] território[s] e encaminha-se que o *overtourism* e a turismofobia, mesmo que ainda não com esta denominação, já chamavam atenção acadêmica desde os anos 1960, em paralelo à expansão do dito Turismo de massa e a apropriação neocolonial dos territórios para fins turísticos, primeiramente na própria Europa para a seguir buscar territórios *turistificáveis* na periferia do capitalismo central, como América Latina e África.

Palavras-chave: Turismo. Geografia. Território. Neocolonialismo. Turismofobia.

Abstract:

Tourism's study gains academic space, being considered as a social practice and science, as an inter and transdisciplinary methodology as well, which allows for dialogues, among others, with geographic studies. Such approaches lead to a greater understanding of it, especially in its tensions arising from the economic-capitalist structure that, since the 19th century, has appropriated the practices and imaginaries associated with travel. In these terms, this article follows an essayistic structure supported by a literature review, proposing to rethink Tourism and, more specifically, overtourism and tourismophobia, based on Geography. To achieve this goal relies on Rogério Haesbaert's book entitled “The myth of deterritorialization: from the 'end of territories' to multiterritoriality”, there seeking the author's theories associated with the territory. The reflection carried out reinforces the strong Tourism interfaces with the territory and points out that overtourism and tourismophobia, even though not yet under this name, had already attracted academic

attention since the 1960s, in parallel with the expansion of tourism and the neocolonial appropriation of territories for tourism purposes, first in Europe itself, and then to seek touristic territories on the periphery of central capitalism, such as Latin America and Africa.

Key-words: Tourism. Geography. Territory. Neocolonialism. Tourismphobia.

Resumen:

El estudio del Turismo gana el espacio académico al ser considerado como una práctica social y científica inter y transdisciplinar, que permite dialogar, entre otros, con los estudios geográficos. Tales enfoques conducen a una mayor comprensión de lo mismo, especialmente en sus tensiones derivadas de la estructura económico-capitalista que, desde el siglo XIX, se ha apropiado de las prácticas e imaginarios asociados a los viajes. En estos términos, este artículo sigue una estructura teórico ensayística, sustentada en una revisión de la literatura, proponiendo repensar el Turismo y, más específicamente, el sobreturismo y la turismofobia, a partir de la Geografía. Para lograr este objetivo, se apoya en Rogério Haesbaert e su texto titulado “El mito de la desterritorialización: del ‘fin de los territorios’ a la multiterritorialidad”, buscando allí las teorías del autor sobre cuestiones asociadas al territorio. La reflexión realizada refuerza las fuertes interfaces del Turismo con el territorio[s] y señala que el sobreturismo y la turismofobia, aunque aún no bajo esta denominación, ya habían atraído la atención académica desde la década de 1960, en paralelo con la expansión del turismo y la apropiación neocolonial de territorios con fines turísticos, primero en la propia Europa, y luego para buscar territorios turísticos en la periferia del capitalismo central, como América Latina y África.

Palabras-clave: Turismo. Geografía. Territorio. Neocolonialismo. Turismofobia.

1 Introdução

O mundo contemporâneo apresenta, entre as suas muitas complexidades, aquelas decorrentes da mobilidade. Em dias atuais, mercadorias, capitais e pessoas, culturas, ideias e modos de vida, deslocam-se pelos territórios em quantidades e valores muito mais significativos, em um à vontade que, não raro, pode se tornar constrangedor, mesmo considerando os efeitos danosos da Pandemia Covid-19. Mesmo nestes termos, a mobilidade está ligada ao capital, ou ao que Korstanje (2015) destaca que a Mobilidade é apenas mais um discurso ideológico usado pelo capitalismo para promover as viagens e o Turismo, e dessa forma, o risco mostra-se como o lado escuro do capitalismo, em que pouco se sabe ainda.

Filósofos e sociólogos como Maffesoli (2001) e Deleuze e Guattari (1995; 1996; 1997; 2000) exploram conceitos e teorias entorno dos nomadismos [em que pese, pós-modernos], enquanto outros como Knafou (1996) ou Santos (2002) são mais parcimoniosos nas elegias ao considerar os efeitos danosos de tais práticas, sobre territórios, lugares e modos de vida, principalmente pela sustentabilidade e ecologia do Planeta, e sua relação dialética com o consumo.

O estudo do Turismo, por sua vez, ganha status acadêmico a partir da segunda metade do século XX, abrindo outras frentes de pesquisa, por vezes contrárias aquelas dos estudos econômicos. O interesse de pesquisadores da Geografia, Sociologia e Antropologia, para ficar apenas

em algumas, encaminham o Turismo como prática social e ciência inter e transdisciplinar, que permite tais diálogos entre as ciências e suas linhas de pesquisa. Tais aproximações levam a um maior entendimento do mesmo, especialmente nas suas tensões decorrentes da estrutura econômica-capitalista que, desde o século XIX, se apropria das práticas e imaginários associados às viagens.

Nesses termos, o presente artigo segue estrutura teórico ensaística apoiada em revisão não exaustiva da literatura, considerando os termos “neocolonialismo” e “turismofobia”, propondo repensar o Turismo a partir da Geografia e, nela, recortando para a questão “território”. Sem menosprezar outros excelentes textos sobre esta última questão, a reflexão apoia-se em Rogério Haesbaert. Busca-se reforçar as fortes interfaces do Turismo com o(s) território(s) e suas transversalidades, a partir de manifestações recorrentes no período pré-pandêmico, em termos de *overtourism* e a conseqüente turismofobia, considerando-se não poder deslocá-las das aproximações do atual desenho do capitalismo avançado.

No que segue, apresentam-se as colocações do geógrafo Rogério Haesbaert, para a seguir e nelas apoiados, discutir as contribuições do Turismo ao neocolonialismo e a turismofobia como reação não só ao *overtourism*, mas às práticas agressivas desse modelo de viagem.

2 Território: seguindo Haesbaert

Em sua etimologia a partir da origem latina, “territóri”o> deriva de dupla conotação. A primeira estaria associada a *terra-territorium*, em perspectiva material e simbólica, portanto cultural, e conotaria apropriação e/ou demarcação de um local específico, para a lida na terra (cultura da terra), levando à(s) territorialização(ões). A segunda raiz etimológica estaria em *terreo-territor*, definição também associada à uma demarcação territorial, porém de cunho político, no sentido de limitar as fronteiras de um espaço nacional, nele imperando leis, proibições e autorizações, que os sujeitos moradores deveriam cumprir e a elas submeter-se, daí derivando o significante *terror* ou *aterrorizar*, decorrente. Neste caso, sendo necessária aos viajantes, autorização para adentrar o mesmo, na forma de carta de passagem, sob forma de passaporte/visto. Essa definição implica outros elementos, pois nem só a autoridade civil e militar desse território detém a força de aterrorizar, mas também, por exemplo, o campo religioso, como no caso do Cristianismo, que desempenhou importante papel no moldar instrumentos de controle dos fiéis assim como dos infiéis (HAESBAERT, 2007).

No momento contemporâneo, a palavra “território” passa a receber tratamento conceitual-acadêmico, sendo incorporada a contextos específicos, conforme a linha de reflexão. Primeiro, em aplicação do território nas práticas acadêmicas do Turismo, o território é normalmente confundido com o espaço ou até mesmo com o lugar, porém, mesmo que

necessária a utilização em diversas pesquisas, sua incorporação ainda carece de profundidade de entendimento. E segundo, a visão restrita de que o território é apenas mais um atributo que o Turismo utiliza de outras áreas remete a uma visão positivista de que o território incorpora apenas as relações materiais e físicas.

Empiricamente, o território se torna predominantemente político e, por vezes cultural, ao pressupor questões simbólicas implícitas, como identidade e identificações identitárias, ou seja, portam referências a um território simbólico. Por exemplo, no pressuposto de que em alguns locais as fronteiras estariam se diluindo [caso de países que buscam alternativas para facilitar a entrada de imigrantes] ou fortalecendo [caso de países que constroem muros ou estabelecem leis mais rígidas para a imigração].

As perspectivas material e simbólica se somam e multiplicam, para constituir territorialidades cada vez mais diversas, e mesmo desterritorializações, no caso de viajantes, turistas, imigrantes e outros nômades. No processo de territorialização bem como de desterritorialização, são reavaliadas pelas relações espaço-temporais, sendo dinâmicas que se desdobram num *continuum* de caráter funcional e simbólico. Em termos de dimensões sociais, culturais e políticas os ritmos e escalas resultam na justaposição e sobreposição da convivência, lado a lado, de territórios distintos (HAESBAERT, 2014). Se os sujeitos estão mais diversos no experienciar os lugares e territórios, por meio da multiplicidade das territorialidades e das des-reterritorializações, o resultado está na multiterritorialidade.

Com base nessas considerações, Haesbaert (2014, p. 79) define o território:

[...] a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e 'idealidade', numa complexa interação tempo-espaço, [...] na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade - recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e 'iconografias', [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Para chegar a tal conceito, o geógrafo parte de quatro grandes dimensões: a **jurídico-política** [relativa a relações de espaço-poder institucionalizadas no Estado e suas fronteiras]; **cultural** [ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão subjetiva e simbólica, em relação ao espaço vivido]; **econômica** [relativa ao material-funcional do território, embate entre classes sociais e nas relação capital-trabalho]; **naturalista** [envolve a relação sociedade/natureza, entre outros o conflito entre sujeitos, animais e natureza] (HAESBAERT, 2014, p. 40).

Estas quatro dimensões do território têm, nas palavras do autor, duas perspectivas teórico epistemológicas, pois “é importante que organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que essas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem.” (HAESBAERT, 2014, p. 41), sendo este patamar o ontológico, embasando-se em suas realidades físico-material, idealista-idealizadora e integradora.

A realidade físico material relaciona-se a **concepção materialista** do território, visto como “[...] predominantemente, em respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o ‘território’ inspira.” (HAESBAERT, 2014, p. 44), reportando a origem etimológica da palavra território em *terra-territorium*, que também se vincula às dimensões naturalistas e econômicas citadas. A **concepção idealista** supõe a revalorização da escala local, reforçando a representação e seu valor simbólico, pois “[...] o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em seu sentido estrito” (HAESBAERT, 2014, p. 74), para além da dimensão material e econômico-política. Na concepção **integradora** coexistem todas as dimensões do território, “[...] dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 76), considerando que o território funciona de forma articulada e conectada.

Daí, na perspectivas de caráter ontológico, Haesbaert (2014) colocar o território demarcado como um espaço híbrido, ao unir as grandes dimensões. A estas, o seu conceito agrega ao território a questão mobilidade, caracterizada pela dinâmica dos fluxos e pela relativa estabilidade dos fixos ao território e até mesmo pela dinâmica do conceito que abrange diversas questões pouco refletidas até o momento. O que merece, ainda, atenção na conceituação de Haesbaert para território, é o acréscimo da questão relações de poder, como política de dominação e apropriação do território tanto no econômico-político como no simbólico e que, dessa maneira, consagra uma imbricação múltipla de todos os componentes parte do conceito.

Para melhor explicitar tal discussão envolvendo relações de poder na produção do espaço, Haesbaert traz ao debate Lefebvre para esclarecer os conceitos de dominação e apropriação. A primeira caracterizaria a “[...] dominação do espaço a partir da transformação técnica e prática, sobre a natureza [...], que nasce com o poder político, vai cada vez mais se aperfeiçoando” (LEFEBVRE *apud* HAESBAERT, 2014, p. 94), sendo político-disciplinar e envolvendo valor de troca e valor de uso. Já a apropriação, associada ao simbólico, “[...] implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam tomando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação.” (Idem, p. 95).

Ou seja, quanto mais o território é apropriado pelos grupos sociais, mais ele é identificado como específico a tal grupo. Se manipulado para ser um

espaço unifuncional, ele perde as características culturais e simbólicas do território e do grupo social, tornando-se nem mesmo um território vivido, percebido e concebido. Nas palavras de Lefebvre “[...] porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.” (Ibidem, p. 95). E, acrescentaríamos, fora e além das [multi]territorialidades.

Sendo assim, o território está em relação de dominação e apropriação pelas unidades sociais, desdobrado ao “[...] longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Ibidem, p. 96). Tais relações de poder ocorrem em diferentes escalas, podendo a dominação ser mais presente do que a apropriação, pela ampliação do simbólico na sociedade contemporânea. O poder de dominação [explícito] prevalece em relação ao poder de apropriação [implícito], principalmente pela dinâmica de acumulação do capital que faz com que o aparato estatal-empresarial transforme em mercadoria, inclusive o simbólico-cultural.

As quatro dimensões do território [político-jurídico, econômica, cultural e naturalista] estão relacionadas com a territorialização, pois estas criam conexões com o território, submetidas aos poderes explícitos e implícitos. Ou seja, “[...] alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo.” (HAESBAERT, 2014, p. 96). Com isso, os grupos que territorializam integrando dominação e apropriação parecem estar cultural e politicamente mais ativos como sujeitos na estrutura local, ou ainda comandando as relações dominantes, enquanto outros grupos são dominados por essa relação e não dão conta da apropriação. As marcas da territorialização são vistas por Haesbaert (2007, p. 28) em quatro situações:

- Abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção;
- Identificação ou simbolização de grupos por meio de referentes espaciais [a começar pela própria construção de fronteiras];
- Controle e/ou disciplinarização por meio do espaço [fortalecimento da ideia de indivíduo [sic] através de espaços também individualizados [sic], no caso do mundo moderno];
- Construção e controle de conexões e redes [fluxos, principalmente de pessoas, de mercadorias e de informações].

Essas marcas são acumuladas e/ou valorizadas ao longo do tempo e relacionadas com o poder de dominação imposto aos sujeitos, estando acima do poder de apropriação, para além do espaço vivido culturalmente. A primeira marca mostra a territorialização como construção material do território, seu valor de uso para a unidade societal capitalista. A segunda e a terceira estão relacionadas com o Estado-nação na criação e valorização das identidades nacionais e regionais, assim como a ideia de

pertencimento ao território.

A quarta marca merece detalhamento, pois a construção e controle de fluxos e redes têm se dado tanto por meio do Estado como pelas grandes corporações e entidades transnacionais. O Estado, na figura de nação, proclama o território como limite territorial, construindo e controlando o fluxo de pessoas por meio do discurso de movimento e/ou estagnação; já a mercadoria, na busca pela internacionalização e pelo empreendedorismo [projeto neoliberal] e as informações são controladas por meio da mídia e das novas tecnologias, nas quais elas estão em alcance maior e acelerado, mas também sendo facilmente distorcidas e/ou falseadas.

Já as grandes corporações e entidades transnacionais têm tido outros papéis, como o de controlar informações, principalmente por meio de algoritmos por via *online*, mas também pela mídia. O fluxo de mercadorias ocorre ainda por dois meios, o legalizado e o ilegal [tráfico de drogas, de pessoas e de mercadorias], que ultrapassa fronteiras chegando às cidades.

Vemos nessas relações que mesmo o território, em seus conceitos, carrega visões que querem romper o padrão imposto pelo sistema capitalista. Veremos no que segue tais relações no Turismo.

3 Turismo [s], neocolonialismo e turismofobia

Trazendo Haesbaert para compreender o que pode ser tratado como contribuição para o Turismo, em relação ao neocolonialismo e decorrente turismofobia, considera-se que, em ambos, o território e as relações de poder que envolvem essa prática social, retornam com destaque. Dentro da rede turística, o território se dá como origem (emissor) e destino (receptor), mas o deslocamento implícito na viagem também transcorre pelo território, que é (re)produzido e (re)inventado nesse processo.

Ou seja, para o Turismo existem pelo menos três tipos de territórios a serem explorados, e dentro destes as suas des-reterritorializações e as suas multiterritorialidades. O primeiro é o território em que o sujeito, possivelmente, está mais apropriado: suas desterritorializações acontecem em níveis mais subjetivos, e o cotidiano adentrou as territorialidades. O segundo território é o que está em movimento pelo deslocamento, podemos ter diversos tipos de deslocamentos até o destino, mas seja qual for, ele será modificado e transformado, tanto pelo sujeito turista, quanto pelo modal e sujeitos que serão encontrados no caminho. E o terceiro território é o do destino, em que o sujeito será confrontado com novas desterritorializações e territorialidades tendo que adaptar suas relações culturais para tal cotidiano.

O movimento turístico que perpassa, transpassa e ultrapassa o território, modifica a estrutura existente, carregando não mais o território em sua gênese, mas as territorialidades dele provenientes. Na territorialidade está o imaginário e a ideologia, como proposto por Haesbaert (2014); logo, o território é substituído pela presença de territorialidade[s], que atraem para

si outros significantes.

Do Nascimento e Soares (2006, p. 551) registram que desde meados do século XX, “la llamada industria sin chimeneas ha garantizado plusvalías, acumulación de capital e inducido el fenómeno que David Harvey (1982; 2001) denomina como ‘arreglo espacial’”. Os autores continuam citando Harvey, para explicar que a alocação do capital é necessária “para el propio funcionamiento del sistema capitalista con el objetivo de dar paso a nuevas acumulaciones de capital en nuevos espacios” (Ibidem). E prossegue:

[...] la insaciabilidad del capitalismo resuelve las crisis internas a través de la reestructuración geográfica. Además, estos mecanismos de dependencia han mostrado que el notable éxito del turismo se debe, en cierta medida, a su función como sostén del sistema capitalista [...]. Es también en este marco económico en el que debemos situar la actual crisis del fenómeno turístico. (p. 551)

Outro pesquisador, Gaviria (1974, p. 201), já em meados do século passado, nos exemplifica com o caso espanhol, o tratado teoricamente por Do Nascimento e Soares, ao afirmar ser o Turismo responsável pela “explotación y control por parte del extranjero de la producción y uso del espacio español de calidad”.

En los últimos 15 años [1959-1974], se este produciendo en el mundo industrial avanzado una gran apetencia de espacio de alta calidad en su medio ambiente, una redistribución paulatina de los asentamientos de las poblaciones europeas. Las zonas cuyo medio ambiente este deteriorado con climas poco confortables y suelos caros situados en la Europa industrial y fria tienen una alta densidad de población con deseos de suelos baratos, playas, sol, en suma, un espacio todavía no deteriorado.

Dessa maneira, ainda segundo o autor, o Mediterrâneo e as Canárias entraram na mira de agentes turísticos e imobiliários europeus, já na década de 1950, estabelecendo “un nuovo neocolonialismo del espacio de calidad. Este neocolonialismo puede producirse por dos vías: (a) Por el control del uso y consumo de ese espacio (los Tour Operators); (b) Por el control de la propiedad de los terrenos a través de operaciones de compraventa (en el caso de los particulares al comprar parcelas y de los grandes especuladores al comprar y vender terrenos en las costas mediterráneas españolas).” (GAVIRIA, 1974, p. 201).

Neste caso, vemos que o neocolonialismo acompanha o capital, na busca de controle e dominação do território, seja ele qual for, mas principalmente no valor de uso e no valor de troca deste território, utilizando-o como material. O mesmo autor ainda coloca o passo a passo do que o mercado turístico daquele momento denominaria como *Holliday Resort*, que incluiria:

(a) a eleição pelos operadores turísticos de locais já utilizados turisticamente, mas de modo ainda inicial [*unspoiled*], onde houvesse boas praias em que os pescadores cumprissem sua *função decorativa em um porto antigo*, e em que o *pueblo de pesca* já comecasse a se transformar em uma cidade turística;

(b) concentração mínima de 6 mil unidades habitacionais, junto à orla, além de refeições e mão de obra baratas;

(c) agilidade empresarial do setor hoteleiro para novos empreendimentos, e terrenos baratos;

(d) mínima pressão fiscal e de controle burocrático sobre as operadoras turísticas, assim como sobre a exportação de divisas;

(e) equilíbrio ecológico da água, ar e paisagem, muito sol, clima cálido e seco;

(f) segurança;

(g) ausência de complexos industriais, de linhas férreas, de portos industriais ou autoestradas nas cercanias, mas que aeroportos se situassem a mais de 60 minutos de deslocamento viário;

(h) presença de complexos hospitalares e bancários;

(i) vida noturna animada.

O paradigmático do modelo espanhol implantado a partir dos anos 1950, permite retomar as dimensões do território propostas por Haesbaert (2014). Senão, vejamos:

- a **jurídico-política**, além da própria demarcação territorial da cidade, entre outras, ao demandar segurança pública, assim como mínima pressão fiscal sobre a exportação de divisas, como controles burocráticos “desburocratizados” sobre as operadoras turísticas;

- o **cultural-simbólico** pedindo praias onde pescadores desempenhassem *função decorativa em um porto antigo*, mas que o *pueblo de pesca* rompesse não sua configuração tradicional, mas que a mesma incluísse modernidades espetacularizadas de cidade turística, como uma vida noturna vibrante. Entretanto, outras marcas da crescente mobilidade e altamente modernas ao período, como trens, auto estradas e portos industriais deveriam manter-se a distância;

- a **econômica** caracteriza-se pela exigência de concentração mínima de 6 mil leitos hoteleiros disponíveis junto à orla, e agilidade empresarial local para, se necessário, ampliar esta oferta. Ou seja, um número de oferta que garantisse um Turismo massivo e em constante crescimento, o que suporia presença de complexos de saúde e bancários. Demandaria, ainda, refeições e mão de obra baratas no sistema turístico;

- Por fim, a dimensão **naturalista** está em que, já na década de 1950 e seguintes, se demandariam equilíbrio ecológico em termos de água, ar e

paisagem, sol, clima seco e temperado. O paradigmático deste modelo seria Benidorm, na Valencia, Espanha.

Destaca-se outra situação que ambos, neocolonialismo e capitalismo compreendem, e também tem recentemente aparecido nas pesquisas em Turismo, que está em ver o trabalhador do Turismo [ou turístico] como foco. Para os primeiros tem-se a exploração e a exclusão dos sujeitos pela mão de obra barata que além de causar a exclusão sociocultural, também turística. Nas pesquisas sobre tais trabalhadores têm-se enfatizado estas relações, mas também quais são estes sujeitos.

Voltando ao caso, a infraestrutura que era capitaneada por empresários espanhóis, na década de 1970 apresenta-se que o “capital extranjero y empresas extranjeras radicadas en España, ha ido creciendo muy rápidamente entrando en contradicción y competencia con los antiguos apartamentos y hoteles propiedad de los españoles, y es lo que llamaremos la producción neocolonialista del espacio de calidad” (Ibidem, p. 204).

Quando os investimentos dos operadores tiverem sido amortizados, eles “se dirigen hacia otro lugar que tenga suelo más barato y empresarios dispuestos a recomenzar la experiencia” (GAVIRIA, 1974, p. 202). A “gigantesca estrategia de control expansionista espacial” (p. 205) teria origem, alijados os empresários locais, nos Estados Unidos e Japão que, além da Espanha, passassem a incluir outras parte da Europa, especialmente na costa mediterrânea e nas Canárias, expandindo-se após para ilhas do Pacífico e América Central, antes de alcançar o litoral da África ocidental e outros países periféricos ao capitalismo central.

Sobre esta mesma relação do capital com o território no momento contemporâneo, Lagunas (s/d) vai na mesma direção do aqui até aqui exposto, ao afirmar que:

[...] mucho del turismo actual refleja patrones y políticas colonialistas e imperialistas, especialmente en muchas áreas del Tercer Mundo donde el turismo se encuentra asociado fuertemente con el servilismo, el cual actualiza la memoria del pasado colonial y perpetúa los resentimientos y antagonismos [...]. Los turistas de los centros metropolitanos visitan las antiguas colonias cuyos impactos sociales, económicos y culturales son variables en función de los contextos locales [...]. En estas dinámicas se revela la articulación potencial del sistema turístico con las necesidades de las metrópolis ‘imperialistas’, aunque dicha articulación presente numerosas excepciones y desarrollos imprecisos. (Lagunas, sd, 221-222).

De Barros e Semedo (2020, 46) são mais enfáticos, explicando que os discursos sobre a:

[...] produção e disseminação de um modelo de racionalidade nos moldes da cultura ocidental, considerado primeiramente como algo ‘civilizatório’ e depois como um padrão de progresso, levou à

categorização de espaços e territórios no Sul e, em particular, na África como campos de exploração de pessoas e de extrativismo de recursos naturais para alimentar um modelo econômico segregacionista fora desses contextos de onde provêm esses recursos. Esse processo, se, por um lado, conheceu uma violência forte que desembocou em escravidão e colonização acompanhadas de pilhagem de recursos e saberes, permitiu a concentração da riqueza e de capitais num “centro” e da pobreza numa “periferia”.

Relembrando que, como o já citado Lefebvre no destaque de Haesbaert, que a expansão do capital impõe sua dominação sobre o espaço a partir da transformação técnica que nele opera, a qual “nasce com o poder político, [e] vai cada vez mais se aperfeiçoando” (LEFEBVRE apud HAESBAERT, 2014, p. 94), para envolver todo e qualquer valor de troca ou de uso, com

[...] instrumentos e instituições de especulação e controle das cadeias de mercado e distribuição de bens ao ponto de se sobreporem aos Estados, constituindo-se como grupos de interesse localizados de forma geoestratégica, capturando as instituições e serviços por meio de um poderio que combina discursos ancorados sobre a resolução das necessidades: criação do emprego, aumento da produção e da renda, melhoria dos serviços e combate à pobreza. (DE BARROS; SEMEDO, 2020, 46).

Passa-se, assim, também à apropriação simbólica, quando a dominação política econômica altera os tempos e cotidianos vivenciados no território. Retomando Haesbaert, o território apropriado por grupos sociais específicos, locais e ou estrangeiros, torna-se um espaço unifuncional, ao perder as características culturais e simbólicas do território e do grupo social original.

Na atualidade, o Turismo como atualização do neocolonialismo, não vem sozinho ou acompanhado apenas pela especulação imobiliária, mas mergulhado primariamente no capitalismo. O mesmo capital gera megaprojetos via privatizações e/ou aquisição massiva de territórios, extrativismo desordenado, pesca predatória e alterações hídricas diversas, em que “Transformam os proprietários tradicionais, povos indígenas, em trabalhadores precários e assalariados sazonais nas suas próprias terras, além de privados de conexões com todas as formas de racionalidade e afetividade com os seus ancestrais e modos de vida produtores da sua identidade e cidadania” (DE BARROS; SEMEDO, 2020, p. 50).

Mas, o processo também leva a desterritorializações, no caso de populações tradicionais e outros migrantes que, “na maioria das vezes, ficam confinados às zonas de risco dos subúrbios” (Idem, p. 46) das cidades, vivendo de subempregos, inclusive no Turismo. Haesbaert (2014) comenta que as periferias das grandes cidades se colocam como aglomerados de exclusão, em que não somente estão excluídos do sistema

capitalista, mas estão subordinados aos diversos ataques deste sistema, desde o econômico até o cultural. Para Vieira (2020), tais exclusões ainda reforçariam a exclusão turística.

Podemos aqui retomar a questão dos fluxos e fixos e das relações nômades, como aquelas adivindas com Turismo que, em seus movimentos e deslocamentos, apropriam-se e dinamizam territórios. Knafou (1996, p. 64) expõe que “[...] há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam.”

A questão *lugar turístico* revela que nele existem territorialidades e, se as há, o turista não se relacionaria diretamente com o território, mas, sim, com o lugar, seja turístico ou não, e com a própria territorialidade carregada de ideologia e de imaginário. Se o sujeito se relaciona com o lugar e por meio dele cria ou se apropria da territorialidade, diretamente ele experiencia a territorialização do lugar e do imaginário e da ideologia ali exposto. A territorialidade assim colocada é sedentária, para que seja espetacularizada e direcionada ao imaginário dominante.

Por outro lado, o nômade ‘que só passa’ é deixado de lado, pois na passagem não haveria territorialização, mas desterritorialização, temporárias ou não, pelo mesmo. Desta maneira, a territorialidade nômade de não apropriação se relaciona de outra forma, pois na busca pelo desejo, pela pulsão e pela errância, a territorialidade é reformada para ser vista pelo imaginário e pela ideologia dominados.

O nômade está relacionado ao sujeito não dominado, o estranho, o estrangeiro, o turista, do que muito se fala nas teorizações sobre Turismo ou, como colocam Gastal e Moesch (2007, p. 72): “Se todos viajam, poucos gostam de ser apontados como turistas. Mesmo nos discursos acadêmicos, turista é o outro, aquele que tem comportamentos agressivos em relação ao ambiente e à cultura local.”. Mas, no seu contrário, o local não parece preocupado com a presença turística dominante, mas, sim, com as entrelinhas que relacionam cotidianidade e sociabilidade.

Outra situação é aquela em que o Turismo parece não estar desprendido do território, ou melhor dizendo, o Turismo ainda apropria, territorializa e pertence ao território, não buscando nas desterritorializações, o desprendimento das relações dominantes de poder. E quando o faz, espetaculariza e estereotipiza os dominados, por meio do neocolonialismo e do capitalismo. Como exemplo disso temos o *pink money*, o *gay-friendly*, o Turismo de periferia/favela, o Turismo indígena, o etnoturismo, e até mesmo o Turismo de natureza. Os discursos e narrativas que compõem esses segmentos de Turismo normalmente relacionam-se à valorização, à identidade, à autenticidade, entre outras, que reflatam a comunidade que estão tentando retratar, mas sem valorizar ou reforçar identificações territoriais e subjetivas. E, muitas vezes, exclui e desloca os sujeitos que

deveriam estar sendo *valorizados* e identificados como tais para uma maior exclusão.

E assim, chega-se à Turismofobia, aqui assumida não apenas como reação a um possível *overtourism*, por exemplo, em festas brasileiras religiosas ou de carnaval (GASTAL; SILVA NETO, 2021; SILVA NETO, 2021), mas também por outros vieses da pressão turística, como a prostituição, a poluição ambiental ou a presença do uso de drogas (DALL'AGNOL, 2009). O fenômeno não seria novo, pois, desde os anos 1970, cientistas sociais desenvolviam teorias “como el Índice de Irritación Turística de George Doxey (1975), el Ciclo de Vida Turístico de Richard Butler (1980) y la Capacidad de Carga Turística de Ainsley O'Reilly (1986) que alertaban sobre declives, antagonismos y límites del constante crecimiento turístico” (MILANO, 2018, p.552), explícita ou implicitamente associadas ao território.

O fenômeno da Turismofobia, mesmo não sendo novo, ganhou novos realces na contemporaneidade, principalmente pelo excesso de mobilidade dos sujeitos, em que pese suas ações nos destinos visitados. Se o turismo de massa fica rotulado ao período pós anos 1950, o grande número de pessoas no mundo e o incentivo à viagem [discurso do capital], faz com que muitos destinos recebessem milhares de pessoas diariamente.

Retomando Benidorm/ES, o município tem sido um dos mais citados sobre os efeitos da massificação turística, inclusive pela visita de turista não registrados (SÁNCHEZ-GALIANO; MARTÍ-CIRIQUIÁN; FERNÁNDEZ-ARACIL, 2017). Nota-se que muito do que foi exigido, em questões territoriais-culturais, não parecem ter surtido efeito, principalmente em manter a vida tradicional dos pescadores (BAIDAL; SÁNCHEZ; REBOLLO, 2012).

Territorialmente, Benidorm transformou-se para atender o Turismo, planejando e buscando formas de manter a vida cotidiana, porém, e mesmo com a massificação dos anos 1960, conseguiu manter-se equilibrada [na medida do possível] (BUENO, 2016). O mesmo autor (2016, p. 8) coloca quatro fases históricas do desenvolvimento turístico do município, mas na quinta fase, após a virada do século, não descrita pelo autor, observa-se que:

Ao explorar a simbologia da modernidade pelo verticalismo, impôs sua intensidade e personalidade urbanas sobre uma paisagem natural mediterrânea, aproveitando as vantagens locacionais e possibilidades institucionais, envolvendo a otimização do turismo e da construção imobiliária.

O discurso da Turismofobia no município tem suas contradições, obviamente; pelo lado do empresariado turístico tem-se o *discurso-capital* dito por Javier García, empresário da cadeia de hotéis Magic Costa Blanca:

Es increíble y absurdo que alguien pueda llegar a pensar siquiera que el turismo es una actividad que puede resultar negativa. El turismo rompe fronteras, mejora la calidad de vidas de cientos de destinos, potencia las relaciones humanas e históricamente se ha demostrado como un elemento capaz de democratizar países y avanzar en lo social a pasos agigantados (REVENGA, 2017, s/p).

Esse discurso, além de reforçar o capital, coloca o Turismo como principal alvo, não necessariamente os turistas, mas as políticas públicas e privadas que formaram, desenvolveram a *atividade* turística. Mas também vemos aqui o discurso ideológico utilizado pelo capitalismo e pelo Turismo, inclusive similar ao que a OMT declarava há alguns anos. Este discurso que viabiliza o Turismo e sua relação com a mobilidade, em que mesmo que este discurso ocorra na prática, tal situação é enviesada a atender o capital.

Mais recentemente, o que se tem assistido é a ampliação da tensão entre vistantes e visitados, que estaria associada à “cadena de expresiones de descontento del modelo de producción de la industria turística (*sic*) [que] se enmarca inevitablemente en los desafíos y las desiguales oportunidades de las sociedades contemporáneas inscritas en un nuevo paradigma de movilidad” (DO NASCIMENTO; SOARES, 2006, p. 552).

Milano (2017) coloca uma situação interessante em relação a crítica à Turismofobia, que em os movimentos sociais contestaram as políticas do Turismo, e que, o Turismo é politizado na medida em que é incorporado nas exigências das associações e grupos que surgiram da sociedade civil, cujo principal objetivo é criticar, denunciar e, em alguns casos, subverter os pilares sobre os quais se baseia a sociedade capitalista. Ou seja, estes sujeitos, que partem dos movimentos sociais exigem seu direito a cidade e da vida digna entrando no campo de luta ideológica, tal qual o Turismo.

Conceição (2020) comenta que a Turismofobia estaria associada à fetichização e a espetacularização envolta na *atividade* turística, assim como a um imaginário social burguês que interpreta o turista como um inimigo a ser combatido. Portanto, questões que ultrapassam a excessiva presença de turistas em determinado território, mas incluindo itens como o de que o mesmo atenda com qualidade, todos os envolvidos na prática turística.

Do Nascimento e Soares (2006) ainda comentam que:

Si aceptamos que hay relaciones de poder por todas partes en el turismo [...] y que el turismo es otro nombre del poder [...] no son de extrañar las actuales eclosiones de malestar, los movimientos sociales urbanos de resistencia [...] y las recientes señales de crisis del sector turístico. Si, por un lado, notamos que esta crisis ya había sido revelada, por el otro, es en esta última década que se han registrado con fuerza muchas manifestaciones de malestar que ponen en

cuestión el modelo económico, el constante crecimiento turístico y el paradigma desarrollista en el cual se inscribe. (p. 552).

Discutindo sobre a Turismofobia na Espanha, Huete e Mantecón (2018) reúnem 40 notícias sobre o assunto, durante o mês de agosto de 2017, em diversos canais *online*. Os autores dizem que “como un término popularizado a través de los medios de comunicación con el fin, o en todo caso con el efecto más evidente, de alimentar la lucha ideológica entre dos posiciones bien definidas y claramente antagónicas entre sí que pugnan por imponer su definición de la situación.” (p. 17).

Com isso, pode-se pensar que a turismofobia é um efeito evidente do neocolonialismo, do capitalismo e, também das lutas ideológicas, que buscam desvencilhar-se do modelo hegemônico, principalmente a sua versão devoradora e extratora de sujeitos e territórios. Fecha-se o círculo em que o poder-dominância sobre o território o transforma, mas, como toda ação provoca reação, está se tem feito presente senão de modo drástico, de forma dramática e midiática.

4 Considerações não finais

Para a presente reflexão, enfatizaram-se as relações do turismo e do território, em associações ao neocolonialismo e a turismofobia. No momento anterior à Covid-19 muito se estava discutindo sobre de que forma essa turistificação, mesmo que planejada, acabaria impactando o Turismo e as cidades, principalmente aquelas já turistificadas (CESAR; RIBEIRO; MORAES, 2020). Estas relações de exclusão e inclusão de pessoas para a prática turística, inclusive, se tornou motivo para inserção de políticas públicas que buscassem evitar a mobilidade de sujeitos capitalisticamente excluídos.

Por óbvio, o capitalismo culpa o sujeito, e não o sistema. Então, o problema da turismofobia não são as práticas e políticas em andamento mas, sim, o sujeito-turista que viaja, depreda, impacta e transforma o cotidiano do morador em extraordinário. Inclusive, levar em consideração tais situações, poderia acarretar em diversas mudanças nos estudos do Turismo, principalmente pelo viés geográfico.

No atual contexto pandêmico, o Turismo se viu defrontado com uma nova crise, provavelmente causada por ele próprio, tanto pelo viés do deslocamento excessivo [inclusive a proliferação do vírus], quanto pelo viés do sistema capitalista que não prevê a sua autossustentação. Isso levou a que alguns intitulassem este momento como *Non-Tourism* (GÖSSLING; SCOTT; HALL, 2020) ou *a-Turismo* (DE SÁ; GASTAL, 2021). Num possível momento pós-pandêmico, seria oportuno refletir como tais relações ocorrerão.

5 Referências

BAIDAL, J.; SÁNCHEZ, I. R.; REBOLLO, J. F. The evolution of mass tourism destinations: new approaches beyond deterministic models in Benidorm (Spain). **Tourism Management**, v. 34, n. 3, p. 184-195, 2012.

BUENO, A. P. Benidorm e Balneário Camboriú: Comparações entre ícones do turismo de sol e praia urbano. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO, 8., 2016, Balneário Camboriú. **Anais [...]** Balneário Camboriú. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/102331/64CAM_BuenoAyrton.pdf?isAllowed=y&sequence=1 Acesso em: 02 dez. 2021.

CÉSAR, P. A. B.; DE FÁTIMA RIBEIRO, A.; MORAES, M. P.. Em tempos de pandemia [e no pós]: relações emocional e seus impactos no ambiente construído pelo confronto entre viajante e morador. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8850>. Acesso em 01 dez. 2021.

CONCEIÇÃO, R. A. M. Turismofobia: notas sobre o processo de imaginação social no turismo. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, p. 504-522, 2020.

DALL'AGNOL, S. Laguna como Destino Turístico: O Pensar dos Residentes. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2009.

DE BARROS, M.; SEMEDO, R. Geoestratégia como neocolonialismo na África: açambarcamento de terras, racismo ambiental e soberania em torno dos saberes populares. *In*: JESUS, L. S.; BARROS, M.; FILICE, R. C. (orgs). **Tecendo redes antirracistas II: contracolônização e soberania intelectual**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. p. 45-70.

DE SÁ; F. Z.; GASTAL, S. Mobilidade, imobilidade e a-mobilidade: para discutir o Turismo em tempos de COVID-19. **Revista Brasileira de Turismo**, v. 15, n. 1, p. 2144, 2021.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é Filosofia?**. São Paulo: Editora 24, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2 v. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 24, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 3 v. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 24, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 4 v. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 24, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 5 v. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 24, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 1 v. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 24, 2000.

DO NASCIMENTO, A. F.; SOARES, L. A. S. O dilema turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 4, 2006.

GASTAL, S.; SILVA NETO, E. V. Turismo e Cultura: O Carnaval na Cidade de Maceió (Brasil). **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 8, n. 1, p. 221-239, 2021.

GAVIRIA, M. La producción neocolonialista del espacio. **Papers: revista de sociología**, p. 201-217, 1974.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, C. M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 1, p. 1-20, 2020.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: Um debate. **Revista Geographia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 2014.

HUETE, R.; MANTECÓN, A. El auge de la turismofobia ¿hipótesis de investigación o ruido ideológico?. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 16, n.1, p. 9-19, 2018.

KNAFOU, R. Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

KORSTANJE, M. E. The elementary forms of risk: The mobility immobilized. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 1, p. 133-146, 2015.

LAGUNAS, D. Turismo Sexual: del neocolonialismo a la agencia. In: BARRIO, A. B. E.; DE LA FUENTE, I. G. (eds.) **Antropología de Iberoamérica: Estudios socioculturales en Brasil, España, México y Portugal**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. p. 215-226.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MILANO, C. **Turismofobia**: cuando el turismo entra en la agenda de los movimientos sociales. Marea urbana, Eduard, 2017.

MILANO, C. Overtourism, malestar social y turismofobia. Un debate controvertido. **Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 16, n. 3, p. 551-564, 2018.

REVENGA, D. Flores y abrazos contra la “turismofobia” en Benidorm. **Información/ES**, 15 ago. 2017. Disponível em: <https://www.informacion.es/benidorm/2017/08/15/flores-abrazos-turismofobia-benidorm-5890378.html> Acesso em: 02 dez. 2021.

SÁNCHEZ-GALIANO; J-C.; MARTÍ-CIRIQUIÁN, P.; FERNÁNDEZ-ARACIL, P. Temporary population estimates of mass tourism destinations: The case of Benidorm. **Tourism Management**, v. 62, n. 4, p. 234-240, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. USP, 2002.

SILVA NETO, E. V. **Tem, mas tá faltando**: gestos interpretativos sobre turismo e carnaval de rua na cidade de Maceió - AL (Brasil). 2017. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2021.

VIEIRA, J. P. 2021. **Refletindo sobre exclusão**: turismo e cidade a partir das falas de uma comunidade periférica de Caxias do Sul/RS (Brasil). 2020. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2021.